



# **Município de Taquari**

**Estado do Rio Grande do Sul**

**Lei nº. 4.384, de 23 de dezembro de 2020.**

**Autoriza a contratação em caráter excepcional na forma do Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal / 88, recursos humanos.**

**EMANUEL HASSEN DE JESUS**, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul

**FAÇO SABER**, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a contratar emergencialmente, em caráter excepcional, recursos humanos para Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, obedecendo o disposto no art. 37, IX da Constituição Federal e II, do art. 2º, da Lei nº 8.745/1993, como segue:

## **I - QUADRO I**

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Nº de Vagas</b>	<b>Padrão</b>	<b>Carga horária</b>
Servente	03	01	40 horas semanais

**Parágrafo único.** A contratação será temporária de excepcional interesse público, a contar da data da publicação da presente lei até 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado por mais um período de 12 meses para desenvolver atividades junto a CEACAT.

**Art. 2º** Em caso de desligamento do contratado por intermédio desta Lei é facultada a contratação de novo servidor em substituição ao mesmo, respeitado o mesmo período de vigência definido neste Diploma Legal.

**Art. 3º** A contratação será através de contrato administrativo, devendo ser o contratado inscrito no Regime Geral da Previdência Social - INSS.

**Art. 4º** É lícito ao Poder Executivo Municipal aplicar as penalidades disciplinares do Regime Jurídico dos Servidores Municipais, Lei 1.502/94.



# **Município de Taquari**

*Estado do Rio Grande do Sul*

**Art. 5º** Fica autorizada a rescisão contratual mesmo antes de decorrido o prazo estabelecido no art. 1º desta, na forma estabelecida em lei.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Sec. Mun. Habitação e Ass. Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Ass. Social

08.244.29.2007 – Man. Do Serv. De Assis Social

3.3.1.9.0.11.00.00.00 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil

1- Recurso Livre

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 de dezembro de 2020.**

**Emanuel Hassen de Jesus**

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Cláudio Roberto dos Santos  
Secretário Municipal da Fazenda



# **Município de Taquari**

**Estado do Rio Grande do Sul**

Exp. de Motivos nº 076/2020

Taquari, 09 de dezembro de 2020.

Senhor Presidente:

Ao saudá-lo cordialmente, servimo-nos do presente, para encaminhar projeto de Lei que solicita autorização para contratação em caráter emergencial, recursos humanos para a Secretaria Municipal de Habitação a fim de suprir a demanda de trabalho na CEACAT.

A referida contratação supracitada faz-se necessária para atender a demanda de trabalho do referido centro, lembrando que o atendimento é 24h ininterruptamente.

Além da questão supracitada o aspecto humano e profissional é relevante, pois, entendemos prudente a readequação do quadro de servidores nesta Unidade de Acolhimento, visto que se trata do atendimento de Crianças e Adolescentes que são vítimas das mais diversas formas de violência.

Assim sendo, é extremamente necessário, que os trabalhadores que ali atuam, tenham todas as condições para lidar com estes que são também o futuro de nossa sociedade.

Importante mencionar que a contratação supracitada será temporária de excepcional interesse público, a contar da data da publicação da presente lei, até 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado por mais um período de 12 meses, obedecendo o disposto no art. 37, IX da Constituição Federal e II, do art. 2º, da Lei nº 8.745/1993.

Ademais, o Município de Taquari conta com, aproximadamente, 100 aposentados cujas aposentadorias foram concedidas a menos de 05 anos. Neste caso não é possível descartar que os respectivos poderiam lançar mão de ações judiciais objetivando a reintegração aos cargos anteriormente ocupados, conforme vem ocorrendo sistematicamente na Comarca de Taquari (especialmente diante da concessão de tutela de urgência reiterada, ainda que tenha havido instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetidas – IRDR nos autos da ADIN n.º 70074156142).

Bem verdade, as disposições da lei municipal n.º 1.502/94, especificamente a vacância prevista pelo Art. 35, inciso V, não tem tido o condão de afastar as pretensões dos servidores aposentados ao retorno aos cargos anteriormente ocupados, valendo citar que



# **Município de Taquari**

*Estado do Rio Grande do Sul*

ainda têm no momento 50 processos tramitando junto ao Judiciário, contra o Município, requerendo a reintegração, e que além desses, 27 servidores já foram reintegrados.

Salienta-se que a forma de seleção dos contratados será determinada por processo seletivo simplificado, como forma de garantir a impessoalidade dos atos administrativos.

A presente Lei dispensa o impacto financeiro, uma vez que o valor previsto com a renovação dos contratos já está incluído na peça orçamentária de 2021. O instrumento legal proposto apenas renova a contratação de servidores não aumentando o número de contratados em 2020.

Limitados ao exposto, esperamos contar com a habitual atenção dos nobres Edis, visando à aprovação do Projeto de Lei em tela.

Atenciosamente.

**Emanuel Hassen de Jesus**

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

**Leandro da Rosa**

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

Taquari – RS.